

Curso/Disciplina: Direito Civil Objetivo

Aula: Boa-Fé Objetiva: Introdução, Boa-Fé Interpretativa, Boa-Fé Restritiva de Direito.

Professor (a): Rafael da Mota Mendonça

Monitor (a): Livia Cardoso Leite

Aula 62

PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA

A boa-fé objetiva tem natureza interna, endógena, **aplicação horizontal**. Esse princípio visa a regular a relação entre os contratantes de uma relação jurídica. Ele **limita a autonomia privada**, buscando **igualdade material** entre os contratantes. São criadas obrigações para os contratantes, deveres na relação jurídica que se estabelece.

A boa-fé objetiva aparece no CC em 3 momentos. Há 3 acepções para ela:

- Boa-fé interpretativa

CC, art. 113 - Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

- Boa-fé restritiva de direitos

CC, art. 187 - Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

- Boa-fé como dever jurídico

CC, art. 422 - Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Boa-fé objetiva: **princípio contratual** com 3 grandes acepções.

Bem jurídico tutelado pela boa-fé objetiva: ela visa a preservar, a proteger, a **legítima expectativa**. A aplicação é horizontal. Regula-se a **relação entre os contratantes** da relação jurídica. É **limitada a autonomia privada** para que se salvguarde a **legítima expectativa** que os contratantes depositaram na relação negocial.

As 3 acepções convergem para o mesmo ponto: tutela, proteção, da **legítima expectativa**. Estão presentes em todas as fases da relação contratual, sempre: proposta, oferta, tratativas, cumprimento do contrato, pós-contrato etc.

A boa-fé objetiva também está presente em outros ramos do Direito: Processual, Empresarial, Tributário, Administrativo etc.

Direito Processual: o CPC é repleto de boa-fé. Ele fala o tempo inteiro em **cooperação** entre autor, réu e magistrado. Isso é boa-fé.

O que se quer preservar, em todos os ramos do Direito e em todas as acepções da boa-fé, é a **legítima expectativa** que o contratante deposita na relação negocial.

Boa-fé interpretativa: CC, art. 113. Esse art. está no capítulo de Teoria Geral dos Negócios Jurídicos, aplicando-se a qualquer negócio, gratuito, oneroso etc.

Se há uma cláusula um pouco contraditória ou obscura, o contratante tem de interpretá-la de modo a atender a **legítima expectativa** do outro contratante. Tutela-se, a partir da interpretação dos negócios jurídicos, a **legítima expectativa**. O negócio tem de ser interpretado de modo a beneficiar, a atender, a todas as legítimas expectativas depositadas na relação contratual.

Boa-fé restritiva de direitos: CC, art. 187. Miguel Reale considera esse art. como um dos 3 mais importantes do CC. Ele traz o **abuso de direito**, seu **exercício abusivo**, o equiparando a **ato ilícito**.

Quando se exerce de forma abusiva um direito?

O art. 187 do CC traz **4 limites ao exercício de um direito: fim econômico, fim social, bons costumes e boa-fé objetiva**. Se no exercício do direito qualquer desses limites é ultrapassado, ele está sendo **exercido de forma abusiva**, sendo praticado **ato ilícito**. Para quem pratica ato ilícito necessariamente surge **dever de indenizar**.

Quando o limite da boa-fé objetiva é violado? Quem dá concretude ao limite imposto por ela?

Doutrina e jurisprudência. Há 4 teorias bem consagradas, que de alguma forma dão concretude ao limite:

- **Teoria do *nemo potest venire contra factum proprium* – proibição do comportamento contraditório.** Se em relação contratual, judicial, extrajudicial ou em qualquer relação jurídica há **comportamento contraditório**, **viola-se a legítima expectativa do outro contratante, o bem jurídico tutelado pela boa-fé**. Portanto, **viola-se a boa-fé objetiva com o exercício abusivo do direito**. Isso gera **dever de indenizar**.

Ex: pode-se dar bem de família em garantia real? Sim. Pode-se pegar o único imóvel residencial e hipotecá-lo em favor de banco em que foi pego empréstimo. **Nada impede que bem de família seja dado em garantia real**.

Se o apartamento bem de família foi hipotecado, quando o banco executar a dívida, o devedor **não pode alegar a impenhorabilidade**. Isso é **comportamento contraditório que viola a legítima expectativa** do banco na relação jurídica. Isso viola o limite da boa-fé objetiva.

Atenção! Se o bem de família for dado em garantia real, abre-se mão da impenhorabilidade. O bem pode ser penhorado para pagamento da dívida. É proibido o comportamento contraditório.

- **Teoria do *tu quoque* – “Até tu?”** É a **utilização de critérios valorativos diversos para situações jurídicas idênticas**. Isso **viola a legítima expectativa**. Pega-se a mesma situação jurídica e usam-se critérios valorativos diversos. É ultrapassado o limite da boa-fé.

Ex: PJ recebe todas as correspondências nas filiais. Um dia recebe citação para ser ré em processo. A PJ alega nulidade da citação porque não foi entregue na sede. Não pode haver essa seleção. Ou recebe tudo na filial ou nada.

Dono de loja de roupa tinha 5 funcionárias. Um dia sumiu uma peça de roupa da loja. O dono mandou dividir o prejuízo entre as 5.

Uma semana depois sumiu um objeto pessoal de uma das funcionárias. O dono mandou ela ficar com o prejuízo. Isso gerou discussão e ação na Justiça do Trabalho. **Não podem ser utilizados critérios valorativos diversos para situações idênticas.** Se sumir uma coisa na loja, ou divide o prejuízo sempre ou cada um fica com o seu prejuízo sempre. O dono não pode mandar dividir o prejuízo quando lhe beneficia e quando não cada um fica com o seu prejuízo. Isso viola a legítima expectativa que as pessoas depositaram na relação jurídica.

- Teoria do adimplemento substancial.
- Teoria da *supressio/surrectio*.